

Decisão nuclear

GONZAGA, Reinaldo. "Decisão nuclear". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 02 de janeiro de 2018.

Muito se tem falado sobre a paralisação das obras de Angra 3 devido a questões orçamentárias e a investigações no âmbito do Tribunal de Contas da União, mas as discussões parecem ter desviado o foco da importância estratégica de um programa nuclear dos mais bem-sucedidos do mundo.

Quase seis décadas de esforço tecnológico nacional colocaram o Brasil no seleto grupo dos que dominam todo o ciclo do combustível nuclear.

Com uma das maiores reservas de urânio do mundo, o país desenvolveu todo o processo em escala industrial na fábrica da INB (Indústrias Nucleares do Brasil) em Resende, que abastece Angra 1 e 2. Temos todas as ferramentas para ganhar autonomia na produção do combustível, à qual chegaremos com a terceira usina. Mas há outras razões a apontar a necessidade de conclusão das obras.

O mundo todo aposta na substituição dos combustíveis fósseis, e muitos países estão direcionando recursos e aumentando a geração nuclear. Esta é a fonte que garante dois terços da energia limpa hoje disponível.

No caso brasileiro, além das vantagens competitivas das reservas e do domínio tecnológico, temos a necessidade de reduzir o risco de esgotamento do potencial hidroelétrico pela redução da capacidade das nossas usinas.

O Brasil tem uma situação privilegiada, com uma matriz energética com predominância da hidroeletricidade e diversas fontes alternativas. Enfrentamos, porém, um problema estrutural: a opção por construir hidrelétricas a fio d'água, para atender às exigências ambientais, reduz a capacidade de acumulação e obriga as distribuidoras a recorrer a térmicas, que produzem energia mais cara e mais poluidora.

O problema se agrava com a escassez de chuva em várias partes do país, o que gera instabilidade no fornecimento da eletricidade. A alternativa nuclear é a mais recomendável por garantir energia limpa, segurança no suprimento e competitividade econômica.

O Brasil está retomando agora, no começo de 2018, a mineração de urânio, que esteve interrompida por três anos devido ao esgotamento da mina da Cachoeira, em Caetité (BA), e a dificuldades para obtenção de licenças ambientais. Com o aumento da produção, a INB poderá atender plenamente as necessidades de combustível de Angra 1, 2 e, futuramente, Angra 3, além de gerar excedente para a exportação.

A interrupção das obras de Angra 3 exigiria a inclusão de usinas térmicas a gás natural, carvão ou óleo, com todos os problemas daí decorrentes em termos de

custos e impacto ambiental.

Sua conclusão, ao contrário, traria segurança ao sistema elétrico, pois teria capacidade de abastecer as cidades de Brasília e Belo Horizonte; consolidaria uma tecnologia de ponta totalmente desenvolvida no Brasil e fortaleceria a indústria nacional, gerando emprego e renda e aumentando seu poder de competição no mercado internacional.

São questões a serem levadas em conta agora para que não venhamos a lamentar no futuro.

Reinaldo Gonzaga, formado em engenharia metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense, é presidente da INB (Indústrias Nucleares do Brasil)